

A CRISE DAS ESQUERDAS MEXICANAS À LUZ DO MOVIMENTO PELOS “43 DE AYOTZINAPA”, EM 2014*

THE CRISIS OF MEXICAN LEFT-WING MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF THE “43 DE AYOTZINAPA” PROTEST IN 2014

Massimo Modonesi^a

Resumo Este artigo é composto por quatro partes. Na primeira delas, reconstroem-se e analisam-se as raízes e *passagens* históricas da crise da esquerda no México. Posteriormente, destacam-se as principais características da crise do Partido de la Revolución Democrática (PRD). Na terceira parte do texto, sintetiza-se a trajetória do movimento de protesto contra o desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes normalistas de Ayotzinapa, em 2014. Finalmente, conclui-se com algumas reflexões sobre o impacto das manifestações e as oportunidades que a presente crise institucional vem oferecendo para a renovação da esquerda mexicana.

Palavras-chave movimentos sociais; Ayotzinapa; partidos de esquerda; política mexicana.

Abstract *This article consists of four parts. The first part analyses and reconstructs the roots and historical passages of the Mexican Left crisis. Subsequently, key features of the Party of the Democratic Revolution (PRD) crisis are highlighted. The third part illustrates the background of the nationwide protests against the forced disappearance of forty-three students from the Ayotzinapa Normal school in 2014, and the final part offers some final considerations over the protests' impact and the opportunities this present crisis provides for the renewal of the Mexican Left.*

Keywords *social movements; Ayotzinapa; left parties; Mexican politics.*

* Artigo traduzido do original, *La crisis de las izquierdas mexicanas a la luz del movimiento por los “43 de Ayotzinapa” en 2014*, por Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira, doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

^a Professor titular do Centro de Estudios Sociológicos da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

INTRODUÇÃO

Dizer que a esquerda mexicana está em crise se converteu em lugar-comum que, embora venha aparecendo e reaparecendo ao longo da história recente no México, instalou-se ultimamente como convicção generalizada na opinião de cidadãos, analistas e, em particular – o que é mais significativo e disruptivo em termos de chave histórica – de uma geração inteira, com uma crescente animosidade, desde o massacre de Iguala e o desaparecimento forçado de quarenta e três estudantes normalistas de Ayotzinapa. Trata-se de uma geração que, desde o #YoSoy132, passando pelo movimento atual de contestação, mobiliza-se e se politiza sem rumos claros nem cristalizações organizacionais duráveis, mas que possui força, radicalidade e potencial subversivo. Mesmo na ausência de âncoras classistas e referências ideológicas essenciais, essa geração parece ser a única possibilidade de construção-reconstrução de uma esquerda antagonista e antissistêmica, com presença certa e com influência no México.

A ideia de crise, com toda a sua polissemia, permite focar dois níveis problemáticos e estreitamente articulados da vida das esquerdas: o desgaste ou desaparecimento de suas formas “efêmeras” (partidos, organizações ou movimentos) e também a fraqueza e, ao mesmo tempo, a oportunidade de reavivamento da esquerda como movimento histórico, como conjunto de distintas e difusas formas de organização, como posturas e práticas políticas surgidas de um marco comum de ideias e atitudes, em particular de uma cultura de crítica e de uma disposição à luta.

Dizia Antonio Gramsci que a crise era um interlúdio entre o velho que morria e o novo que nascia, algo que poderia ser traduzido no México atual na sobreposição da crise de uma esquerda subalterna, que não termina de morrer, e a emergência de uma esquerda antagonista que não acaba de nascer¹.

No esforço de ajudar a elucidar esse entrecruzamento, nos parágrafos seguintes, antes de focar as principais características da crise histórica da esquerda subalterna, será preciso repassar o que se considera ser as raízes e passagens históricas da crise

1 Remete-se aqui aos conceitos de “subalternidade” e “antagonismo” elaborados em uma proposta teórica prévia. Subalternidade porque mantém e promove posturas e práticas que não questionam o sistema – no melhor dos casos, mantém resistências e renegociações internas aos limites das estruturas e relações de dominação existentes. Antagonista, na medida em que impulsiona posturas e práticas de insubordinação e rebelião tendencialmente antissistêmicas. Não se trata de contrapor partidos e movimentos, pois esses formatos de organização são suscetíveis de serem preenchidos de conteúdos subalternos e antagonistas, ainda que esteja claro que a tendência e a institucionalização dos partidos surgidos de movimentos antagonistas provocam tendências subalternizantes (Cf. MODONESI, 2010).

geral das esquerdas no México. Posteriormente, conclui-se com algumas reflexões sobre a conjuntura gerada pelo movimento de protesto contra o desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa.

RAÍZES E PASSAGENS DA CRISE DA ESQUERDA MEXICANA

Para evitar circunscrever o desgastado tema da decomposição do Partido de la Revolución Democrática, passando pela análise das culpas, traições ou responsabilidades dos grupos dirigentes, pode ser útil estender o olhar e revisar, brevemente, algumas passagens “críticas”, ou seja, alguns geradores de crises, pontos de inflexão da configuração-desconfiguração das esquerdas mexicanas, para evidenciar processos de fundo sob a hipótese de que apenas os revertendo ou subvertendo, a partir dessa mesma profundidade, irão surgir/ressurgir esquerdas à altura dos desafios a serem enfrentados.

A crise da esquerda mexicana, em seu conjunto, possui uma essência histórica e, portanto, uma profundidade social que não pode ser subestimada, sob o risco de se cair em um voluntarismo superficial. A esse nível, de forma mais elevada e profunda, aparece a questão central, apenas parcialmente condicionada pelos acertos-desacertos dos grupos dirigentes, qual seja: o vaivém da luta de classes no México não manteve, suportou ou impulsionou um ou mais projetos sólidos, expansivos e duradouros da esquerda antissistêmica, apenas abrigou fenômenos esporádicos e inorgânicos de mobilizações.

Poder-se-ia argumentar que isso ocorreu no México da mesma forma como ocorrera em outras partes do mundo, em correspondência com uma época de restauração neoliberal. No entanto, pelo menos na América Latina, na contracorrente dessa tendência geral, há experiências muito mais significativas no que tange tanto a seus resultados institucionais quanto a suas dinâmicas e seus enraizamentos sociais. No México, especificamente, por ocasião da fraude eleitoral de 2006, não se esteve longe de um cenário “latino-americano”, quer dizer, de uma crise política gerada pela irrupção de um movimento popular que podia ter cedido lugar a um governo progressista encabeçado por Andrés Manuel López Obrador².

Sem a pretensão de sintetizar décadas de história do período recente mexicano em quatro parágrafos, parece necessário assinalar e, se possível, listar algumas

2 Isso não implica idealizar os governos progressistas latino-americanos, que, em sentido crítico, caracteriza-se como revoluções passivas, visando enfatizar a dimensão de desmobilização e controle social (MODONESI, 2013b).

passagens críticas às quais foi feita alusão acima, a fim de conferir um panorama à época.

Trata-se de uma época que começa em 1988, um ano antes da data que marca o giro na história mundial e que demonstra que a queda do muro de Berlim não foi o acontecimento decisivo para a esquerda mexicana. O movimento democrático de 1988³, apesar da derrota que implicou a objetiva consumação da fraude eleitoral, deixou um saldo político subjetivo e organizacional importante, na mesma medida em que reanimou e articulou vários setores da esquerda⁴. Ao mesmo tempo, é preciso recordar como esses fatores não lograram impulsionar um ciclo ascendente de lutas e tiveram que voltar imediatamente atrás de uma linha defensiva, frente à ofensiva do neoliberalismo estimulado pelo presidente Carlos Salinas, cujo caráter ilusório foi desmistificado com eficácia, não pela pressão da esquerda existente nesse período, mas pelo levante zapatista de 1994, seis anos depois – anos de resistência que custaram muitas derrotas políticas (e ideológicas, já que foram anos hegemônicos do neoliberalismo) e muitos assassinatos de militantes de esquerda.

Desde 1994, o impacto do zapatismo abriu um novo ciclo de lutas e antagonismo, em que se forjou uma nova geração de militantes que se projetou em nível internacional no alvorecer do altermundialismo e, assim, inaugurou uma série de novas tendências no terreno dos imaginários e discursos, bem como nas dinâmicas organizacionais (PINEDA, 2015). Ao mesmo tempo, apesar de tão promissoras perspectivas e de uma centralidade simbólica e política entre 1994 e 2001, o zapatismo foi apanhado pela tática falha de luta-negociação com o Estado e não conseguiu gerar uma ruptura na política nacional. Enquanto o zapatismo alternava resistência local em Chiapas e pressão e agitação no plano nacional, o PRD – depois da decepção na eleição presidencial de 1994⁵ – ganhava espaços em governos estaduais com a expectativa de estabelecer uma lenta acumulação de forças, uma longa caminhada nas instituições que se colidiram na alternância “gatopardista”⁶ orquestrada pelo PRI e pelo PAN.

3 Trata-se das mobilizações que acompanharam a corrida eleitoral do candidato de centro-esquerda, Cuauhtémoc Cárdenas, e que desembocaram em protestos contra a fraude eleitoral perpetrada a favor de Carlos Salinas de Gortari, candidato do Partido Revolucionario Institucional.

4 Ainda que, como argumentado há mais de dez anos (MODONESI, 2003), o nascimento do PRD tenha implicado a morte das esquerdas socialistas mexicanas, fechando o ciclo histórico de outra “forma” de esquerda mexicana.

5 Vencida novamente pelo candidato do PRI, Ernesto Zedillo, graças a uma bem-sucedida estratégia de “voto do medo”, sem que ocorresse nessa oportunidade uma massiva fraude eleitoral.

6 NT: Trata-se de uma palavra derivada do italiano *Gattopardo* (leopardo), que é o título de um famoso romance do escritor siciliano Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Sinteticamente, a história explica a decadência da nobreza siciliana na época da unificação italiana. Desde então, a expressão *gatopardismo* vem sendo usada para se referir a uma atitude que indica que “as

Apenas seis anos depois da histórica insurreição de 1994, no ano 2000, o sistema político se reconfigurou em um novo formato conservador, passando do colapso do salinismo, isto é, da crise múltipla e orgânica (econômica, do neoliberalismo hegemônico e do sistema de partidos políticos de Estado), a uma bem-sucedida reconfiguração conservadora, ou seja, ao fechamento eficaz das fileiras da direita mexicana, agrupadas em torno do PRI e do PAN. Enquanto isso, é verdade, não cessaram as lutas sociais, trabalhistas, campesinas, indígenas, que são cenários comuns de conflito e antagonismo difuso, irredutíveis em sociedades capitalistas, mas tendencialmente dispersos, efêmeros, sem produzir acumulação nem articulação política e com resultados contraditórios, geralmente não alcançando suas demandas. A persistência de um emaranhado de organizações gremiais tendencialmente progressistas, de classe e combativas é condição necessária, mas não suficiente, para que prospere uma esquerda antagonista e antissistêmica.

É nesse clima conservador que se insere a retirada tática do EZLN, depois da *Marcha del color de la tierra*, em 2001, e após o não cumprimento dos *Acuerdos de San Andrés*, quando o movimento deixou de assumir iniciativas políticas de alcance nacional e se retirou para a construção da autonomia de fato, vindo a retornar somente quatro anos depois, lançando a proposta de *La Otra Campaña*. A greve de 1999, na Universidad Nacional Autónoma de México, pode servir de exemplo do contraditório nas lutas dessa época. Um movimento que começou com força e legitimidade e obteve resultados objetivos ao impedir a introdução de taxas de inscrição, mantendo o caráter totalmente gratuito, posteriormente se fragmentou, encolheu-se e terminou com um lamentável saldo negativo em termos subjetivos, subtraindo mais do que tinha conseguido acrescentar no que tange à construção de espaços de organização e capacidades de mobilização. O gosto ruim que a greve de 1999 deixou não foi tanto em razão do desenlace repressivo que teve, senão de uma vitória concreta, o exercício do poder de veto em frear a reforma que abriria as portas para a privatização da UNAN, mas que se converteu em uma ocasião perdida para fortalecer a esquerda dentro e fora da universidade, contribuindo, na verdade, para enfraquecê-la.

Entre 2001 e 2005 e entre o recuo do zapatismo e a involução institucionalista do PRD, as esporádicas e desarticuladas lutas sociais ficaram órfãs de referenciais políticos de esquerda e, no melhor dos casos, geraram ou mantiveram valiosas trincheiras comunitárias. A conjuntura de 2006 chegou assim, como havia feito o

coisas devem mudar para que tudo permaneça como está”, tal qual proclama reiteradamente o personagem do romance, no âmbito de um acordo com seu inimigo político tradicional.

zapatismo, em 1994, como relâmpago em um céu claro e luminoso, porém efêmero, espetacular, conquanto solitário, anunciando uma tormenta que não chegou. Por não ser o produto de uma acumulação de forças no contexto de um sustentado ciclo antagonista de intensificação da luta de classes, não logrou provocar uma ruptura sistêmica, nem sequer uma brecha política no plano institucional, como ocorreu em vários países latino-americanos em torno desse ano.

Nas rachaduras que se abriram com o tremor político de 2006 – às quais, em poucos meses, sucederam-se o lançamento de *La Otra Campaña* zapatista, as mobilizações a favor da candidatura de López Obrador, o levante em Oaxaca, os enfrentamentos em Atenco, os protestos contra a fraude eleitoral – viveram-se experiências de mobilizações de grande magnitude e intensidade. Tais experiências polarizaram a sociedade mexicana e reavivaram o classismo – ainda que em uma versão plebeia – como princípio político-ideológico, em um país onde o interclassismo havia sido historicamente, desde a revolução de 1910-1920, o dispositivo hegemônico, de mãos dadas com seu correlato nacionalista, mais recorrente e eficaz. Pelo persistente peso cultural do nacionalismo revolucionário e pela paralela histórica falta de influência nas massas das esquerdas socialistas, o epicentro discursivo do conflito, mesmo com suas referências aos pobres e à organização-mobilização popular, não excedeu o limite e o perímetro da ideologia da revolução mexicana.

As expressões mais radicalizadas, como a *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO) e *La Otra Campaña* (OC), ainda que tenham representado cabalmente o clima explosivo e antagonista da conjuntura, ficaram inexoravelmente em segundo plano: a APPO, marginalizada por seu caráter regional e, posteriormente, desmantelada pela repressão; e a OC, fundamentalmente, pelo desatino tático ao escolher se aventurar no debate eleitoral, assumindo López Obrador como inimigo principal e, depois, por depreciar o movimento contra a fraude eleitoral.

Assim como em 1998, a luta contra a fraude de 2006 foi uma grande experiência de subjetivação política que gerou e revitalizou o tecido organizacional de base, voltando a conectar formas e lugares da luta política e social; todavia, ao mesmo tempo, no plano objetivo, não deixou de ser uma derrota, com a repercussão subjetiva que isso implica. De fato, a fraude se consumou; e, mais, resultou surpreendentemente exitosa a estratégia do governo de Felipe Calderón de desatar a “guerra contra o narcotráfico”, já que, no plano político, permitiu a ele não só se entrincheirar e legitimar-se por trás da investidura presidencial do chefe das Forças Armadas, mas também, e sobretudo, ao gerar um clima bélico, reconfigurar totalmente a agenda política, deslocar a clivagem neoliberalismo/

antineoliberalismo que havia ocupado lugar importante em 2006, conseguindo, com isso, despolitizar o debate ao centrar-se em um tema secundário, com toda a carga reacionária que o caracteriza.

É dessa forma que se pode entender como, para além de perfis pessoais, um presidente como Salinas, que tomou posse em meio a protestos, não se limitou à ordinária administração, como o fez Vicente Fox, mas que, uma vez debilitada a oposição, respondeu a seus grandes eleitores, ao retomar a agenda privatizadora neoliberal, atacando frontalmente o Sindicato Mexicano de Electricistas (SME), a fim de eliminar um obstáculo a uma futura privatização, como pontualmente se verificou com a reforma energética impulsionada pelo governo de seu sucessor, Felipe Calderón.

As lutas sociais do período, para além da resistência ordinária, oscilaram entre a heroica, mas trágica, defesa do SME e a exitosa oposição à privatização do petróleo estimulada pelo nascente Movimiento de Regeneración Nacional (Morena), organização gerada pelos partidários de López Obrador. Os ecos das mobilizações de 2006 se dispersaram entre o som de balas e a criminalização dos protestos, que foi o corolário intencionalmente calculado da militarização do país. Os movimentos passaram à defensiva, tanto pela mudança do clima político quanto para defender seus próprios ativistas das violações aos direitos humanos, da judicialização do protesto e da legalização da perseguição política. Somente nesse contexto militarizado, de resistência e debilidade da esquerda – com um PRD já dominado pela corrente da Nueva Izquierda e com a fundação do Morena, em 2010 –, que se pode compreender a emergência e a centralidade que adquiriu, temporariamente, o Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad (MPJD), encabeçado pelo poeta Javier Sicilia (Cf. MODONESI et al. 2011a; 2011b; 2010; 2012).

Sob esse mesmo prisma, é possível explicar por que as eleições de 2012, apesar dos ressentimentos acumulados, não foram disputadas da mesma forma que as eleições de 2006. Não tanto, ou não somente, pela imposição construída midiaticamente, mas por uma correlação de forças que, desde o episódio de 2006, voltou a se reconfigurar a favor das classes dominantes. Por isso, enquanto a nova e moderna esquerda perredista estava absorvida na pragmática palaciana, e o movimento trabalhista, quer dizer, Morena, era incapaz de cumprir suas declarações, o desafio maior surgiu de fora, nas margens dos equilíbrios políticos

estabelecidos ao longo dos seis anos, do grito de indignação da juventude confluída no movimento #YoSoy132⁷.

No entanto, a espetacular, porém efêmera, trajetória desse movimento respondeu a um padrão difuso de nossos tempos: em meio à resistência difusa, com esquerdas políticas fracas e/ou pouco apresentáveis, surgem surtos esporádicos de mobilização que sacodem a sociedade, mas não conseguem gerar uma ruptura, nem deixar um legado organizacional durável, se não uma bagagem de experiências significativas que não desaparecem, mas que tendem a se dispersar.

A CRISE DA ESQUERDA SUBALTERNA

A ideia de esquerda se refere à realização política-ideológica-organizacional de um movimento real. Assim, a dissociação entre as lutas e qualquer forma de realização da esquerda é o parâmetro a partir do qual se pode avaliar tanto o alcance como a reversibilidade da crise em curso. Esquerda-partido e esquerda-movimento são âmbitos que, historicamente, costumam contaminar-se mutuamente, uma vez que os partidos surgem e se desenvolvem no ambiente esquerdista das lutas sociais, ambiente difuso que os partidos pretendem estruturar, densificar e politizar; e vice-versa, ou seja, as práticas difusas se retroalimentam ou se projetam em direção a perspectivas, referências e modalidades organizacionais que lhes outorgam força, coerência e sentido com relação à luta pelo poder.

Todavia, esse vínculo orgânico, que na prática nunca opera perfeitamente, no México parece ter se quebrado irremediavelmente pela separação, se não pela contraposição, de um lado, entre os três polos da esquerda partidária – o PRD, em sua versão de Nueva Izquierda, os defensores do PRD histórico (as correntes opostas à NI e ao que resta do neocardenismo) e o pós-perredismo trabalhista organizado no Morena – e, por outro, no campo mais difuso e diverso de posturas e militantes em movimentos, organizações sociais, coletivos e outras expressões que habitam distintas trincheiras da sociedade civil, chegando a expressões individuais.

Se essa fratura é um abismo evidente e irreversível para o caso do PRD novo-esquerdista, isso também é visível no caso dos nostálgicos do PRD histórico; cabe perguntar se o Morena tem recursos éticos e políticos para se manter vinculado e ancorado à esquerda difusa e para se converter em um instrumento político que a fortaleça, e vice-versa, isto é, ser percebido enquanto tal. Cabe perguntar, também,

7 Movimento estudantil que militava contra a imposição midiática do candidato do PRI, Enrique Peña Nieto. O movimento irrompeu no cenário eleitoral de 2012, convocando uma série de marchas multitudinárias e outras atividades de protesto.

até que ponto pode se sustentar como projeto de organização social e não só de recomposição de quadros nos espaços de representação ou de governo local.

Se o sintoma é a fratura e a distância entre a esquerda partidária, institucionalista e eleitoreira e a esquerda socialmente difusa, resta ainda detectar a enfermidade. O que está em crise ou o que a gerou? Depois de ter indicado o processo geral das lutas de classe na seção anterior, compete aqui perguntar se não existe uma crise de projeto. Mas que projeto? O projeto da Revolución Democrática de 1988 ou sua versão mais institucionalista, que se desenvolveu a partir de 1997, ou o projeto da Nueva Izquierda, que se torna totalmente dominante depois de 2006? Trata-se de três variantes de uma mesma linha política fundamentalmente institucionalista ou de uma progressiva deriva em direção ao institucionalismo exasperado da Nueva Izquierda?

A decomposição do perredismo – algo de tão longa data que já pode se confundir com sua própria trajetória histórica – se apresenta, fundamentalmente, como moral, como progressiva perda de valores à custa de um correspondente aumento de corrupção, em sentido amplo e restrito da palavra. Ao mesmo tempo, e sem negar a profundidade dessa decomposição, se se está falando de esquerda de fato, se quer dizer de um projeto de transformação social, e não somente da clivagem honestidade/corrupção; a crise do PRD é política em toda a amplitude da palavra.

Desde a reforma de 1978, que legalizou as esquerdas socialistas ao abrir-lhes a porta para a participação eleitoral, mas de forma mais acelerada a partir de 1997, quando começaram a ocupar espaços de governo, a ênfase e os acentos atravessaram o uso instrumental da democracia eleitoral e representativa para viabilizar e promover a luta de classes, sustentáculo das esquerdas socialistas, até o uso clientelista da organização popular enquanto plataforma para amparar candidaturas e garantir reservas de votos. Por ser um recurso de manutenção do antagonismo, a participação eleitoral desatou um círculo vicioso de produção e reprodução da subalternidade. O institucionalismo, com seu corolário do eleitoralismo, converteu-se no recurso que caracterizou a forma partido, suas práticas e, tendencialmente, também seu discurso, matriz que lhe conferiu uma inequívoca característica subalterna, tanto por sua subordinação diante das outras forças (políticas e econômicas) quanto por impulsionar a conservação das estruturas de dominação e, portanto, a perpetuação da condição de subalternidade que as caracteriza.

A crise do PRD é, portanto, uma crise do institucionalismo de esquerda, uma versão eleitoreira, estadista e burocrática de mudança social, centrada na

perspectiva de reformas das instituições existentes; uma crise que se manifesta inclusive em seus próprios parâmetros, pois, salvo na Cidade do México, esse giro não permitiu alcançar os resultados eleitorais, nem logrou uma duradoura penetração institucional, elementos que eram apresentados como os objetivos a partir dos quais se justificava a reviravolta eleitoral e a paulatina e consequente “desesquerdização”, de modo a promover uma aliança interclassista.

Apesar dos resultados eleitorais decepcionantes, a disputa pela penetração institucional deixou de ser, paulatinamente, uma mera questão tática, estabelecendo-se como fim estratégico e passando a ser elemento constitutivo, a razão de ser da existência de uma força política inexoravelmente institucionalizada em sua concepção de política e mudança social – ainda que tivesse mantido, até certo momento, alguma base social organizada e algum laço com organizações e movimentos populares.

Ao longo de sua história, o perredismo, em seu conjunto, foi diluindo sua “diversidade” esquerdista, seu reverso movimentista e o alcance transformador do projeto de revolução democrática em uma progressiva deriva institucionalista, “concertacionista”, de conciliação com o governo e com os dois principais partidos de direita no México, confundindo-se sempre mais com o PRI, ao incorporar, de forma crescente, práticas, tradições e quadros priistas. O PRD terminou por aceitar seu ingresso subalterno em um projeto partidocrático de dominação política, ao assumir a tarefa política de sustentar a submissão das classes subalternas, subordinando seus interesses ao das classes dominantes. A transição de um sistema de partido de Estado se orientou paulatinamente ao bipartidarismo PRI-PAN para culminar no tripartidismo de Estado, ao inserir o PRD no pacto partidocrático. Nessa deriva, a noção de esquerda acabou ficando simplesmente geométrica e, por isso, sistematicamente aceitável, uma distinção formal sem nenhum fundo real, asséptica, legitimadora e não ameaçadora, com uma única característica distintiva – além da episódica retórica nacionalista antiprivatizadora –, a de conferir maior atenção à política social, como ocorreu com os governos capitalinos, sem que isso implicasse exceder o assistencialismo que caracterizava as políticas públicas priistas pré-neoliberais.

É certo que Morena surgiu em contraposição a vários aspectos da deriva institucionalista encarnada pela Nueva Izquierda, ao sustentar posturas que, em vários pontos substanciais, distinguem-na (mais progressista, nacional-popular, com uma feição de movimento de base, oposicionista, mais atenta à questão ética, etc.). Ao mesmo tempo, é evidente a oscilação ou ambiguidade de acordo com os cenários e os interlocutores de discursos e práticas de um movimento cuja base

social é, de várias formas, expressão organizada genuína das classes subalternas, mas que a maioria de seus quadros e a direção provêm de grupos e frações formados no PRD, muitos deles com antecedentes no PRI.

Em 2010, às vésperas do surgimento de Morena, sugeriu-se que essa nova organização drenava a alma política e histórica do PRD⁸, seu projeto de revolução democrática, deixando-o como carapaça, como sigla que poderia sobreviver nominalmente, mas que morria substancialmente na medida em que se esvaziava de seu sentido político e histórico.

Nessa medida, se é certo dizer que o Morena esteja fazendo avançar um projeto político sensivelmente distinto daquele da Nueva Izquierda, ao mesmo tempo, em seus elementos ideológicos centrais, em particular no institucionalismo como marco e horizonte político, o movimento não deixa de ser o PRD histórico. Com efeito, não rompe com a lógica de uma revolução democrática limitada aos marcos institucionais vigentes e não sai do círculo de reprodução da subalternidade.

O Morena – embora muitos, como Cuauhtemoc Cardenas, não queiram admitir – tenta refundar o PRD ou, se preferir, atualizar seu projeto histórico, com algumas diferenças de formato: um perfil plebeu e de base mais nítido, um discurso mais confrontador, com menor peso interno de quadros políticos e com grupos com relativa independência da liderança carismática. Para além disso, não há maiores diferenças ideológicas nem de projeto (LUNA, 2015).

À margem de seus aspectos conjunturais, a crise de fundo – que aflorou nos últimos anos e entrou em erupção com a conjuntura suscitada pelo desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa – é uma crise de projeto político em seu conjunto. Por isso, a recuperação da pureza das origens que evocam tanto Cárdenas, de forma mais explícita, quanto López Obrador, mais implicitamente⁹, parece insuficiente para oferecer uma saída à altura das circunstâncias. Defende-se que tal saída implique uma refundação da esquerda enquanto força antagonista e antissistêmica, que se nutra, essencialmente, de processos de politização, organização, mobilização e radicalização.

8 Em um artigo escrito em 2010, sustentava o seguinte: “O surgimento de um partido-movimento que relança o projeto nacional-popular, como fez Morena, drena a essência política e o espírito histórico do PRD. A prolongada crise do PRD desembocou em sua morte clínica, pelo menos enquanto expressão de um projeto histórico, ainda que se note o prolongamento da existência de um mesmo instituto partidário com o mesmo nome e outras características. Em contrapartida, encerrou, também, a tão problemática e polêmica crise do PRD, porque, com tal mutação genética, rescindiu-se o vínculo com o passado: que siga existindo o PRD no México, mas ele não será o herdeiro legítimo do ‘partido del 6 de julio’” (MODONESI, 2011, p. 128).

9 Embora Andrés Manuel López Obrador tenha uma leitura singular do “estado nascente” de seu próprio movimento, entre 2005 e 2006, as mobilizações de massas marcaram a campanha por sua candidatura e a luta contra a fraude eleitoral.

AYOTZINAPA 2014: CRIME DE ESTADO, INDIGNAÇÃO E ANTAGONISMO

É nesse contexto que se inserem as mobilizações massivas geradas pelo desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa, entre setembro e dezembro de 2014, mobilizações essas que já se encontram entre as de maior destaque nas últimas décadas – só comparáveis com as mobilizações de 1988, 1994 e 2006.

Com o intuito de contribuir para a análise e compreensão dessas mobilizações, apresentar-se-á, agora, uma reconstrução geral da trajetória do movimento de indignação¹⁰ para, posteriormente, vincular o movimento à crise das esquerdas mexicanas¹¹.

Na sexta-feira, 26 de setembro de 2014, um grupo de estudantes da Escola Normal Rural “Isidro Burgos”, de Ayotzinapa, localizada no estado de Guerrero, realizava atividades de arrecadação financeira para levar adiante uma série de atividades políticas, entre elas comparecer à tradicional marcha do dia 02 de outubro, realizada todos os anos na capital do país pelo movimento estudantil mexicano, em memória ao massacre de estudantes perpetrado pelo governo mexicano em 1968. Essas atividades incluíam a tomada de dois ônibus de empresas de transporte de passageiros. Diante disso, a resposta do governo municipal de Iguala, a cargo do prefeito José Luis Abarca, do Partido de la Revolución Democrática (PRD), foi mandar a polícia local atirar contra os estudantes. Como resultado desse primeiro ataque, foram assassinados três estudantes e outros três jovens, interceptados pela polícia e confundidos por estudantes normalistas.

Na mesma madrugada, quarenta e três alunos foram capturados pelas forças policiais e entregues a um cartel de narcotraficantes denominado “Guerreros Unidos”. De acordo com investigações posteriores e com declarações dos próprios estudantes sobreviventes, membros do exército foram cúmplices dos acontecimentos, na medida em que estavam cientes do ataque e omitiram o pedido expresso de proteção feito pelos estudantes frente ao ataque da polícia. Com efeito,

10 A reconstrução sintética que segue se fundamenta em uma revisão hemerográfica (jornal *La Jornada* e semanário *Proceso*), na observação presencial do ritmo e das dinâmicas de ação coletiva criadas no período estudado, bem como na análise das minutas e declarações elaboradas pela Asamblea Nacional Popular (composta por diversas organizações populares, sindicais e estudantis, que, nesse período, reuniu-se na escola normal rural Raúl Isidro Burgos, no estado de Guerrero) e pela Asamblea Interuniversitaria (espaço de articulação do movimento estudantil que, durante esses meses, aglutinou estudantes de diferentes instituições educativas, reunindo-se durante o período na Cidade do México). Agradecimento, aqui, ao apoio de Samuel González Contreras neste trabalho.

11 Sobre essa questão, consultar também o dossiê “¿Adonde van las izquierdas mexicanas?” (VARIOS, 2015a).

investigações recentes assinalam que uma das últimas geolocalizações, obtida a partir do registro do telefone celular de um dos desaparecidos, mostra que os jovens estiveram no interior das instalações do 27º Batalhão de Infantaria, nas imediações de Iguala¹².

No relato dos fatos, é importante destacar que esse evento não gerou impacto imediato em nível nacional. Durante os primeiros dias, a notícia foi difundida, mas seu alcance foi bastante reduzido. Isso permitiu que o então prefeito de Iguala fizesse declarações públicas sem ser cobrado e que toda a responsabilidade fosse publicamente colocada no chefe da polícia local. Foi a mobilização dos estudantes de Ayotzinapa e de seus familiares que promoveu o debate nos meios de comunicação. A partir desse momento, gerou-se a pressão para a investigação dos crimes.

Apesar das primeiras mobilizações em Guerrero e do fato de que entre as demandas políticas da marcha estudantil do dia 02 de outubro na capital estavam a devolução com vida dos estudantes desaparecidos, foi apenas no dia 08 de outubro, isto é, mais de uma semana depois, que foi convocada a primeira marcha na capital do país, com mais de quinze mil participantes, além de protestos em mais de uma dezena de cidades do México e do mundo inteiro (Londres, Madrid, Nova Iorque, entre outras)¹³. Nesse primeiro momento, as palavras de ordem e as dinâmicas de mobilização denunciavam o desaparecimento e o ataque contra os estudantes, mas sem confrontar ou questionar o Estado ou a ordem política como um todo.

Todavia, desse ponto em diante, gerou-se uma ruptura definitiva na recepção e na resposta midiática e popular aos acontecimentos do dia 26 de setembro. Uma semana depois, em 15 de outubro, os protestos cresceram exponencialmente na capital e em diversas regiões do país, compostas fundamentalmente por estudantes. Simultaneamente, alunos de cerca de trinta e cinco escolas realizaram greves, algumas durando até quarenta e oito horas¹⁴. Ao mesmo tempo, as mobilizações populares cresceram no estado de Guerrero, organizadas por estudantes e familiares de Ayotzinapa, mas também pelo sindicalismo magisterial independente da Coordenadora Estatal de Trabajadores de la Educación de Guerrero (CETEG) e por diversas organizações e movimentos sociais da região, como a Coordenadora Regional de Autoridades Comunitarias Policía Comunitaria (CRAC-PC) e o Movimiento Popular de Guerrero (MPG).

12 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.proceso.com.mx/?p=393362>>.

13 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/10/08/cobertura-al-minuto-de-la-marcha-en-solidaridad-con-los-normalistas-de-ayotzinapa-7013.html>>.

14 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://mexico.quadratin.com.mx/Se-suman-37-escuelas-paro-en-apoyo-Ayotzinapa/>>.

Esse cenário de mobilizações criou as condições para a convocação da Assembleia Nacional Popular, com sede na Escola Normal de Ayotzinapa, espaço de articulação que reuniu, para além das organizações e dos movimentos do estado de Guerrero, anteriormente mencionados, diversas forças políticas, como a Coordenadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), o Sindicato Mexicano de Electricistas e também organizações políticas, como, por exemplo, a Frente Popular Revolucionaria (FPR).

Em apenas uma semana esse panorama tomou dimensões inimagináveis. No dia 22 de outubro, data em que foi convocado o segundo dia de ação global por Ayotzinapa, a onda de mobilização popular cresceu de forma contundente: uma marcha de cinquenta mil participantes na capital do país, setenta escolas em greve, protestos em dezenas de cidades do país e do mundo. Nesse momento, os acontecimentos não só tinham alcançado um caráter nacional, mas tinham também obtido destaque no plano internacional.

A partir da pressão popular, foi possível detectar diversos deslocamentos no discurso do governo federal, que acabou culpando o prefeito de Iguala e o governador de Guerrero, ambos do PRD. Mas, ao mesmo tempo, os familiares de Ayotzinapa foram apresentando diversas denúncias acerca dos obstáculos que o governo introduziu na busca dos quarenta e três jovens desaparecidos, impedindo, por exemplo, que uma equipe forense especializada, vinda da Argentina, fosse incluída permanentemente na investigação.

É importante destacar que, um dia depois dessa jornada de mobilização, o governador do Estado de Guerrero, Ángel Aguirre Rivero, apresentou sua renúncia formal. Até esse momento, a busca dos quarenta e três estudantes desaparecidos tinha levado à descoberta de vinte valas comuns – uma amostra dos níveis da violência que vem assolando a região e o conjunto do país¹⁵. Sem dúvida, a renúncia do governador foi consequência do panorama de indignação e mobilização popular no plano nacional, mas, de maneira particular, de um cenário de mobilização extremamente radicalizada no Estado de Guerrero, com protestos populares que atacaram diretamente instalações governamentais, entre elas o Palácio do Governo do Estado e a sede do Parlamento local.

No dia 04 de novembro, um dia antes da jornada seguinte de mobilizações, o prefeito José Luis Abarca é preso na Cidade do México¹⁶. Desde então, o conflito se

15 Consultado em 20 de janeiro de 2015, em: <<http://noticias.univision.com/article/2136275/2014-10-23/mexico/noticias/el-gobernador-de-guerrero-angel-aguirre>>.

16 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/04/detienen-en-el-df-a-jose-luis-abarca-y-su-esposa-declaran-en-la-seido-4253.html>>.

agrava midiaticamente de maneira vertiginosa, porque, após a prisão do prefeito, junto com sua esposa – parente de chefes locais da organização “Guerreros Unidos” –, é descoberto o envolvimento de ambos com o narcotráfico, e o fato de que tanto os membros do partido a que pertenciam (PRD) quanto autoridades governamentais de nível federal (Procuradora Geral da República) conheciam os terríveis antecedentes de José Luis Abarca. Ele, entre outras acusações, foi identificado como responsável pelo assassinato de um líder campesino de seu próprio partido. Com essas notícias, a crise institucional se aprofundou, chegando a ser reconhecida por diversos representantes governamentais de nível federal.

No dia 05 de novembro, foi possível registrar um dos momentos mais críticos da mobilização popular ante o caso Ayotzinapa. Foram feitos diversos cálculos relativos à participação na manifestação central, com números variando entre setenta mil e cem mil participantes, enquanto as greves estudantis voltaram a se multiplicar, alcançando, segundo estimativas da Asamblea Interuniversitaria, cento e quinze escolas em greve¹⁷. No plano nacional, contabilizaram-se protestos em pelo menos vinte estados da República¹⁸, com a participação de um importante contingente de cidadãos e estudantes em estados do norte do país, em uma região comumente alinhada a posturas reacionárias, em contraste com o centro e o sul do país.

Nesse momento, a dinâmica da mobilização estudantil havia ultrapassado qualquer prognóstico imaginado. Sem nenhum antecedente na história do país, as greves estudantis se estenderam em número para regiões nunca esperadas. Ao mesmo tempo, na Cidade do México, registrou-se um interessante exercício de articulação da luta estudantil, por meio da conformação da Asamblea Interuniversitaria, que, em mais de uma ocasião, conseguiu reunir estudantes de mais de sessenta faculdades e universidades. A maioria dos participantes era da capital e do centro do país; porém, é importante destacar a presença de representantes de escolas do sul e do norte do México. Desse espaço, foram formuladas declarações sobre o caso Ayotzinapa, que construíram o *slogan* “Foi o Estado”, palavra de ordem que reflete, simultaneamente, a leitura estrutural que se fazia do caso e o conteúdo antagonista da dinâmica de mobilização, que apontava diretamente o Estado como responsável, para além de uma questão local ou policial.

17 Consultado na página do Facebook da Asamblea Interuniversitaria, em 20 de janeiro de 2015: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=477917542349719&id=470405443100929>.

18 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/05/cobertura-al-minuto-jornada-de-accion-global-por-ayotzinapa-3551.html>>.

As últimas semanas vêm perturbando profundamente a vida nacional. Nós, estudantes, queremos destacar que o massacre de Ayotzinapa é um crime de Estado, uma amostra da profunda putrefação das instituições políticas no país. A violência e a pobreza generalizadas no território e entre a população, como mostra o caso de Tlatlaya, mostram que esse não é um caso isolado¹⁹.

Sobre isso, é necessário acrescentar que, embora surpreendente, a resposta dos estudantes contava com antecedentes importantes nos últimos anos. A juventude, particularmente os estudantes, foi a protagonista do movimento #YoSoy132, que, em 2012, lutou contra a imposição de Enrique Peña Nieto para presidente durante as eleições daquele ano. Foi um movimento massivo que incluiu a participação de milhares de jovens, assim como a criação de mais de uma centena de assembleias locais. Ao longo desse processo, os estudantes demonstraram uma forte inclinação para as questões políticas e para traços profundamente antagônicos, que os levaram à conclusão de que o sistema político mexicano estava ultrapassado.

Um ano depois, já findado o movimento #YoSoy132, os estudantes voltaram ao cenário político de forma pontual, diante da repressão que sofreu o magistério em sua luta contra a reforma educativa. Em meados de setembro, os professores dissidentes mantiveram um acampamento na Praça da Constituição, na Cidade do México, que foi evacuada por ordem do Chefe de Governo Miguel Angel Mancera (PRD). Diante dessa situação, dezenas de escolas entraram em greve. Ao seguir a tendência de muitos países, a juventude mexicana dava mostras de viver processos de politização que a levaram a protagonizar mobilizações significativas, convertidas em espírito crítico de uma época.

Podem ser identificados na trajetória de mobilização popular dois motores que nutriram, dinamizaram e, em certa medida, estruturaram os protestos: por um lado, a mobilização popular no Estado de Guerrero, encabeçada por professores e agrupada em torno da Asamblea Nacional Popular (ANP); por outro, o movimento estudantil, cujo epicentro se concentrou em torno da Asamblea Interuniversitaria (AI). Claro, a mobilização foi muito além desses espaços e setores, contendo um componente civil muito significativo, porém desorganizado. Apesar de a ANP e de a AI serem os motores organizados do movimento, havia outro espaço de articulação e convocatória, fundamental durante as primeiras semanas de protesto que supriu a falta de coordenação entre ambos os espaços: partindo da Cidade do

19 Pronunciamento e plano de ação da 3ª Asamblea Interuniversitaria, realizada em 24 de outubro de 2014. Consultado em 20 de janeiro, em: <<https://www.facebook.com/pages/Asamblea-Interuniversitaria/470405443100929?fref=ts>>.

México, foi estabelecida uma Plataforma de Solidaridad con Ayotzinapa, coordenada com parentes dos quarenta e três estudantes e alunos da escola normal rural de Ayotzinapa, liderada por organizações de direitos humanos, como o SERAPAZ (Servicios y Asesoría para la Paz), organizações políticas, como a Organización Política de los Trabajadores (OPT), e organizações estudantis. A partir desse espaço, foram convocados os primeiros dias nacionais de protesto, conseguindo criar uma sorte de vasos comunicantes entre os principais motores da mobilização popular.

Com a chegada do final do ano, o conjunto do movimento assumiu como sua a reivindicação em torno da renúncia do presidente Enrique Peña Nieto. Nesse *slogan*, era possível detectar a síntese de um duplo processo no interior da mobilização por Ayotzinapa. Sem dúvida, a ponta de lança da mobilização era – e segue sendo – a exigência da apresentação com vida dos quarenta e três estudantes, assim como a punição dos responsáveis materiais e intelectuais pelo crime. Contudo, ao mesmo tempo, era possível detectar certo grau de discordância nos processos de subjetivação política. Por um lado, os motores articuladores das mobilizações, agrupados na Asamblea Nacional Popular e na Asamblea Interuniversitaria, apontavam diretamente para o Estado como o responsável. No entanto, ao mesmo tempo, o *slogan* exequível para a maior parte dos setores mobilizados era, imediatamente, a exigência da aparição com vida dos quarenta e três. Em certo sentido, essa defasagem foi sintetizada na exigência da renúncia de Peña Nieto, que, por um lado, carregava uma demanda específica em seu horizonte antagônico contra o Estado, mas, ao mesmo tempo, servia para elevar o conteúdo político da exigência mais imediata.

Em 07 de novembro, o procurador-geral da República, Jesús Murillo Karam, encarregado direto das investigações sobre o caso, realizou uma longa coletiva de imprensa, em que foram anunciados os resultados da investigação realizada e a suposta detenção dos culpados. A síntese da coletiva pode ser apreciada no seguinte parágrafo:

Além disso, foram presos aqueles que tinham o comando e a decisão que causou esse acontecimento doloroso, o ex-prefeito de Iguala e sua esposa. Hoje, poucos dias antes desta conferência, houve mais avanços. Foi descoberta a localização de Patricio Reyes Landa, vulgo El Pato, e de Jonathan Osorio Gómez, conhecido como El Jona, que foram presos no povoado de Apetlaca, no município de Cuetzala del Progreso, Estado de Guerrero. Essas duas prisões permitiram a localização e detenção de uma terceira pessoa, de nome Agustín García Reyes, conhecido como El Chereje. Os três capturados são membros da organização

criminosa Guerreros Unidos e confessaram terem recebido e executado o grupo de pessoas que lhes foi entregue pelas polícias municipais de Iguala e Cocula²⁰.

Durante a coletiva, foram apresentados diversos vídeos e testemunhos dos detidos, que afirmaram ter queimado os corpos dos jovens desaparecidos no lixão da cidade de Cocula, em Guerrero. De acordo com esses depoimentos, o fogo durou da meia-noite às duas da tarde do dia seguinte. Como é possível observar, o governo tratou de montar um discurso que fosse capaz de expressar a indignação generalizada, ao mesmo tempo em que buscava encerrar o caso, mediante investigação que limitou o problema a uma relação entre organização criminosa e nível municipal. Seu discurso mostrava o quanto a mobilização havia pressionado o governo, que se viu forçado a dar uma resposta em nível nacional, com a clara intenção de desmobilizar o movimento e encerrar, definitivamente, o caso.

Poucas horas após a coletiva de imprensa, o conjunto de pais e familiares dos quarenta e três desaparecidos negou tal versão dos fatos e alegou que não interromperia as buscas e sua demanda por justiça, até que fossem produzidas provas periciais e forenses capazes de fornecer certeza sobre o que havia acontecido com seus filhos. Apesar de essas declarações já terem sido questionadas desde o início por parte significativa da opinião pública e, claro, pelo próprio movimento, é importante acrescentar que, meses depois, essa versão dos acontecimentos foi questionada por pesquisadores da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que afirmaram que um incêndio dessa magnitude teria deixado marcas no chão do lixão – que não continha provas correspondentes a um fenômeno desse impacto.

O quarto dia de ação global por Ayotzinapa foi convocado para o dia 20 de novembro, data de grande significado histórico: a comemoração da Revolução Mexicana. Apesar do cálculo do governo, a coletiva de imprensa não conseguiu arrefecer o ritmo da mobilização. Mais uma vez, estima-se que mais de cem mil pessoas marcharam na Cidade do México, enquanto a greve estudantil ultrapassou uma centena de escolas. Em meio a isso, a mobilização popular no Estado de Guerrero manteve uma forte radicalidade, propensa à ação direta e ao confronto com a polícia. Nesse arco de mobilização acima descrito é possível observar uma curva descendente, após esse dia de luta. No entanto, mesmo com essa situação,

20 Palavras do procurador Jesús Murillo Karam, durante a conferência sobre os desaparecidos de Ayotzinapa. Consultado em 10 de fevereiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/07/intervencion-del-procurador-de-la-republica-jesus-murillo-karam-durante-la-conferencia-de-prensa-para-exponer-el-caso-de-los-estudiantes-de-ayotzinapa-4374.html>>.

milhares de pessoas se reuniram em 26 de dezembro na capital, depois de quatro meses do ataque aos normalistas de Ayotzinapa.

A despeito dos cálculos do governo e de algumas previsões no interior da própria mobilização, o movimento por Ayotzinapa conseguiu se manter firme nas férias de fim de ano. Tanto em 26 de janeiro quanto em 26 de fevereiro de 2015, foram registradas mobilizações de milhares de pessoas na capital do país, bem como manifestações menores em outras cidades. Apesar de a mobilização ter registrado um declínio em relação aos primeiros meses, é importante notar sua persistência e a radicalização com que cobrou, de maneira particular, o Estado de Guerrero, onde se multiplicaram os episódios de confronto e repressão. O caráter antagônico que o movimento adquiriu nessa região pode ser sentido claramente nas declarações da ANP, em que se afirmava que o movimento popular tentaria impedir a realização das eleições legislativas no Estado, no próximo 07 de junho.

Enfim, vale a pena destacar que, no início de 2015, a participação das Forças Armadas foi insistentemente denunciada pelos pais dos desaparecidos de Ayotzinapa, questão que levou à realização de diversos protestos em frente às instalações do 27º Batalhão do Estado de Guerrero, mas também em outros estados da República. Diante desse cenário de extensão e, em certa medida, de aprofundamento da mobilização, no final de fevereiro, Murillo Karam apresentou sua renúncia do Gabinete da Procuradoria Geral da República, o que mostrou certa capacidade destituente do movimento em esfera federal. Mesmo não tendo sido o presidente quem renunciara, esse acontecimento deve ser lido como conquista do movimento frente à intenção do governo de limitar o caso ao município de Iguala e ao Estado de Guerrero.

ANTAGONISMO E POLITIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Nos meses posteriores, antes das eleições de 07 de junho, o movimento diminuiu em número e impulso, embora a questão dos quarenta e três desaparecidos siga como sombra na cena política, e os protestos tenham deixado marcas profundas na consciência de amplos setores da população, aprofundando ainda mais a rejeição do sistema político – o que poderia aumentar os já elevados níveis de abstenção e anulação do voto²¹.

Com efeito, para além da situação atual, a resposta de indignação gerada pelo movimento massivo e prolongado de protesto é de grande importância social, polí-

21 Sobre essa questão, consultar o dossiê “Elecciones, dilemas y alternativas” (VARIOS, 2015b).

tica e, também, histórica. O *slogan* “Foi o Estado”, amplamente difundido, expressa uma clara percepção das responsabilidades dessa operação de terrorismo de Estado e também se estende para a crise política em que as instituições políticas estão submersas e para a crise do pacto social que as deveria sustentar.

Ao mesmo tempo, se é possível afirmar que a mobilização por Ayotzinapa é expressão da crise de reprodução que atravessa o Estado e o sistema político mexicano, deve-se também reconhecer que não se trata, à primeira vista, de uma crise orgânica, total ou terminal, precedida e provocada pela existência de um poder que ameaça e disputa seriamente a configuração da esfera estatal. Prova disso é o que aconteceu após a tempestade: a vida política retornou ao seu cotidiano e o PRI voltou a manobrar – sem hegemonia, mas com eficácia – as redes, relações e estruturas que sustentam o sistema político, social e econômico atualmente existente no México.

Assim, refletiram-se nítidos elementos antagônicos, mas também se evidenciaram fortes traços de subalternidade que não foram ultrapassados, na medida em que a mobilização não logrou se expandir e se aprimorar a tal ponto de gerar uma ruptura institucional. Diante da impossibilidade-incapacidade de alcançar sucesso político contundente, afloraram divergências, tensões e divisões no interior do discurso e das práticas do movimento²².

Somando tudo isso, os protestos massivos e reiterados representaram uma importante ruptura simbólica, sobretudo ao desnudar aspectos nodais do sistema político mexicano atual. Eles geraram certa visibilidade que permitiu uma tomada de consciência difusa e, ao mesmo tempo, um processo sustentado de mobilização, dinâmicas de agregação e ação coletiva de uma juventude que já havia se manifestado com força em 2012. Trata-se de uma geração que não havia se mobilizado nos anos anteriores – salvo efêmeras e limitadas convocatórias, como, por exemplo, os acampamentos de indignados de 2011, que serviram para agitar vários jovens que posteriormente se mobilizaram no #YoSoy132 – e que se pode denominar, provisoriamente, *geração pós-zapatista*, já que sucedeu a geração dos zapatistas, intensamente mobilizada entre 1994 e 2001 (Cf. MODONESI, 2013a; MODONESI; ESTRELLO, 2012).

Dentro desse processo de politização antagonista, em sua projeção ou involução, estão em jogo as perspectivas de renovação ou refundação de uma esquerda antissistêmica no México. Em meio à subordinação persistente da esquerda

22 Apareceram novas e velhas linhas de contraste e debate em torno da definição do projeto, da ideia de Estado e de autonomia, dos tempos e ritmos da confrontação e da transformação social, do papel e do lugar de distintas formas de violência na mobilização, das formas de organização.

partidária e de numerosas organizações sindicais e sociais, tornou-se recorrente a emergência de expressões sociopolíticas de antagonismo, ciclos de mobilizações e radicalização, como aqueles que caracterizaram os protestos relativos ao desaparecimento dos quarenta e três estudantes normalistas. Nesses processos de luta, forjam-se experiências, forças e posturas antagonistas e tendencialmente antissistema; antagonistas enquanto surgem e se retroalimentam de lutas explicitamente antissistêmicas que, na configuração sistêmica mexicana atual, implica uma postura antineoliberal e antipartidocrática – ou seja, contrária aos dois níveis sistêmicos, econômico e político, do esquema da dominação em seu formato atual. Contudo, essas lutas não são completamente ou imediatamente anticapitalistas, embora o anticapitalismo seja, possa ou deva ser um ingrediente necessário que opere no fundo dos processos concretos e sirva como referência e orientação para um horizonte emancipatório.

Entre os jovens, fundamentalmente os estudantes, que participaram e se radicalizaram entre os anos de 2012 e 2014, paira no ar uma sensibilidade antissistêmica e um antagonismo, que se transformou em clima de época e em característica geracional. Ao mesmo tempo – somando a outras frentes de lutas existentes no país –, isso não parece ser suficiente para configurar um contrapoder duradouro, capaz de exercer poder de veto ou, então, impulsionar um polo alternativo à esquerda partidária, institucional e subordinada. Até o momento, expressou-se esporadicamente como estalo conjuntural e, inorganicamente, deixando um rastro significativo na história do país e uma marca na juventude e em amplas camadas da sociedade – nessa geração que foi se politizando no calor do movimento antissistêmico, contra os poderes de fato, contra o Estado e a esquerda subalterna. Nem mais nem menos.

À luz de um avançado processo degenerativo e do acontecimento precipitador do desaparecimento dos quarenta e três estudantes, encerrou-se definitivamente o ciclo histórico iniciado em 1988, protagonizado por uma forma particular da esquerda mexicana. Diante do fim desse ciclo, que, sem dúvida, como todo o processo histórico, pode durar anos, o que se abre é um necessário e inevitável processo de refundação de uma esquerda antagonista, processo que envolve, mesmo em meio a inevitáveis elementos de continuidade, fortes doses de ruptura e descontinuidade que, na perspectiva aqui adotada, não pode ser gestado a partir dos espaços partidários existentes, de seus quadros, suas coordenadas ideológicas e suas culturas políticas.

Assim, embora seja possível que esses espaços não desapareçam e, inclusive, no caso do Morena, que eles cresçam e prosperem de forma eleitoral e institucional entre as eleições de 2015 e 2018, o grau de descontinuidade necessário para superar

a crise terá que surgir de um fator novo, que possivelmente tenha uma tintura geracional. Dito de outra forma, uma esquerda antagonista e antissistêmica capaz de responder à altura a crise sistêmica, tanto política como socioeconômica, só pode surgir de fora do perímetro sistêmico no qual se colocou historicamente o PRD e no qual continuam se colocando seus distintos herdeiros novo-esquerdistas e pós-perredistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUNA, Fernando. “Subalternidad, antagonismo y autonomía en dos momentos de la izquierda nacional-popular en México: análisis de marcos de los documentos básicos del PRD (1990) y MORENA (2014)”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. Cidade do México: CLACSO y FCPyS-UNAM, 2015.
- MODONESI, Massimo. *La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana*. Cidade do México: Juan Pablos, 2003.
- . *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-Universidad de Buenos Aires, 2010.
- . “México: el crepúsculo del PRD”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 234, junio-agosto de 2011.
- . “De la generación zapatista al #YoSoy132: identidades y culturas políticas juveniles en México”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 33, mayo de 2013a.
- . “Revoluciones pasivas en América Latina: una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Horizontes gramscianos: estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*. Cidade do México: FCPyS-UNAM, 2013b.
- MODONESI, Massimo; ESTRELLO, LUZ. “El #YoSoy132 y las elecciones en México: instantáneas de una imposición anunciada y del movimiento que la desafió”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 32, noviembre de 2012.
- MODONESI, Massimo et al. “La lucha del Sindicato Mexicano de Electricistas”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 27, abril de 2010.
- . “México 2000-2009: una década de resistencia popular”. *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina (2000-2009)*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-UBA, 2011a.
- . “Balance de la conflictualidad en México en 2010”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 29, mayo de 2011b.

- _____. “México 2011: violencia y resistencia”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 31, mayo de 2012.
- PINEDA, Enrique. “De la señora sociedad civil a la otra campaña: antagonismo y emancipación en la multitud urbana zapatista”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. Cidade do México: CLACSO y FCPyS-UNAM, 2015.
- VARIOS. “¿Adonde van las izquierdas mexicanas?”. *MEMORIA*, Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista, México, Dossier n. 253, febrero de 2015a.
- _____. “Elecciones, dilemas y alternativas”. *Memoria*, Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista, México, Dossier n. 254, mayo de 2015b.